

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO – O CASO UAB.

Ana Carolina Primon
Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Maurício Rissi
Carolina Schmitt Nunes
Universidade Federal de Santa Catarina
anacprimon@gmail.com; andressa.pacheco@ufsc.br; mauricio.rissi@ufsc.br;
nunes.carolinas@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar determinadas características dos polos de apoio presencial do estado de Santa Catarina considerando a coerência das ações com os objetivos do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Quanto à metodologia, a pesquisas tem caráter descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa, a coleta de dados foi documental e bibliográfica, buscando dados de IDH das cidades polo e documentos referentes ao Sistema UAB. Os resultados indicam que o Sistema UAB pretende estabelecer políticas públicas educacionais por meio da EaD, e para tanto algumas diretrizes são apontadas, como o estabelecimento de polos de apoio presencial em a cidades menos favorecidas economicamente. O presente trabalho constatou-se que a maioria dos polos de Santa Catarina se encontram em cidades desenvolvidos, com alta concentração populacional e níveis satisfatórios de IDH, ou seja, as diretrizes apontadas pelo sistema UAB não estão sendo consideradas plenamente no que se refere a implantação dos polos de apoio presencial.

Palavras-chave: Educação a distância. Políticas públicas educacionais.

Abstract:

This paper aims to analyze certain characteristics about the presence support pole of Santa Catarina state considering the consistency of actions with the objectives of Sistema Universidade Aberta (UAB). About the methodology, this research is descriptive with qualitative and quantitative approach. The data collection was documental and bibliographic, aims searching IDH data about poles Sistema Universidade Aberta do Brasil. cities and documents relating to the Sistema UAB. The results indicate that the Sistema UAB aims to establish public education through distance education, and so some guidelines are outlined, as the establishment of presence support pole in the cities economically disadvantaged. This study found that most of the poles of Santa Catarina are in developed cities with high population

density and satisfactory levels of IDH, namely, the guidelines outlined by the Sistema UAB are not being fully considered in relation to deployment the presence support pole.

Key-words: Distance education. Public education policies. Sistema Universidade Aberta do Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O constante desenvolvimento e crescente uso das tecnologias, em especial as de informação e comunicação (TICs), proporcionam diversas formas de aplicação, trazendo influências ao cotidiano e rotina das pessoas, empresas, universidades e sociedade como um todo.

Segundo Pacheco (2010, p.12) “esses avanços possibilitaram transformações tanto no campo da informática e da comunicação como da disseminação do conhecimento e da informação nas mais diversas áreas”.

Neste sentido, uma das áreas de grandes avanços e crescimento, com auxílio essencial das TICs tem sido a educação a distância (EaD). Ultimamente são percebidas a importância e destaque que esta modalidade de ensino vem ganhando nos últimos anos devido a vários fatores que contribuíram para a maior visibilidade desta área.

Além das tecnologias, um dos fatores de influência para esta ascensão é o fortalecimento de políticas públicas de educação que visam à necessidade de expandir e gerar mais acessibilidade ao ensino superior e qualificação, onde a EaD é vista como uma das possibilidades de promover o desenvolvimento da educação nacional.

A EaD foi reconhecida como modalidade educacional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 em 1996 e atualmente diversos decretos e portaria a regulamentam.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado para atender a demanda pública de expansão e acesso ao ensino superior, e é compreendida como um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para a população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância.

Estando a EaD direta e fortemente relacionada às políticas educacionais, percebe-se que a política pública de educação que criou a UAB, consegue aplicar a EaD para buscar atender as necessidades de progresso educacional do país atendendo as demandas educacionais urgentes.

Este artigo tem por finalidade compreender a educação a distância expondo suas características, o funcionamento do sistema UAB e as políticas públicas educacionais, onde essas orientam e sustentam aquelas; e como objetivo levantar e analisar dados sobre os polos presenciais de Santa Catarina identificando pontos relevantes dessa ação pública e sua aderência aos objetivos do sistema.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo da história, a administração pública é estigmatizada por processos de reformas para adequar suas estruturas organizacionais e gerenciais às grandes tendências. Segundo Klering, Porsse e Guadagnin (2010, p.1) “a disposição para “reformular administrativamente” o Estado brasileiro é antiga, estando presente desde a década de 30 do século passado, mas assumindo maior relevância em meados da década de 90, via institucionalização da Lei da Reforma do Estado Brasileiro”.

Apesar das reformas ocorridas, pode-se perceber que três principais modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial, permanecem presentes hoje na gestão pública Brasileira e que esses ocorrem de forma simultânea e sobrepostas.

O termo política pode assumir duas diferentes interpretações segundo Secchi (2010, p.1): *politics* “é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” ou *policy* é a dimensão mais concreta voltada para orientações, para a decisão e ação, sendo esta a utilizada neste artigo. Já as políticas públicas são compreendidas como ramo da ciência política que busca compreender o como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006).

Rua (2009) concorda ao afirmar que Política pública é o resultado de um processamento de demandas internas e externas pelo sistema político.

As políticas públicas nascem para auxiliar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos.

Segundo Secchi (2010, p. XIII) as políticas públicas é um “campo do conhecimento multidisciplinar orientado para a resolução de problemas políticos concretos”.

Multidisciplinar por que muitos atores protagonizam o enfrentamento dos problemas públicos. Apesar disso, não há dúvidas, no entanto, de que o Estado se destaca em relação a outros no estabelecimento de políticas públicas.

Em âmbito sistêmico uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2010, p.2).

O autor ainda complementa ao definir problema, como a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Para ele

um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor. [...] Tomando esse entendimento, o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Para ser considerado um problema público deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas (SECCHI, 2010, p.7).

Depois de constatado um problema público, definido uma diretriz e se definir uma política pública em resposta a este problema, tem-se a implementação.

A implementação de uma política pública, é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões e ações para a execução de uma decisão previamente estabelecida. Pode-se entender como um conjunto de eventos, atividades, decisões e ações realizadas após a definição das diretrizes de uma política pública (RUA, 2009).

A educação é uma constante das políticas públicas devido sua importância e relevância, pois é esta a base que sustenta e impulsiona o desenvolvimento do país.

Sendo as políticas públicas de educação fundamentais para o tratamento de problemas públicos relacionados a educação, entenderemos mais a seguir sobre as políticas públicas educacionais.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Como visto o Estado irá agir e intervir se necessário por meio das políticas públicas frente a diversos problemas públicos, e este é um processo de constante alteração devido às contínuas mudanças nos problemas públicos e nas relações entre sociedade e estado.

Para Azevedo (1997) sempre a sociedade partilhará, de um modo direto ou indireto, de tais políticas, pois ou será atingida diretamente em razão de um determinado segmento passar a ser o objeto dessas políticas ou será atingida em face de ser consumidora de tais políticas.

Pode-se dizer que esse compartilhamento se dá essencialmente se tratando de políticas públicas educacionais, frente a sua importância para o desenvolvimento pessoal, social e institucional.

A política educativa pode ser entendida como

o conjunto de diretrizes, decisões, ações, sob controle estatal, visando promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade e, portanto, em condições de oferecer, avaliar e certificar a conclusão de um processo educativo. A política educacional comporta, pois, além das diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação (PIRES apud CARVALHO e FAUSTINO, 2012, p.30).

Para Bittencourt (2009) historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país com inconsistentes políticas públicas, revelando déficit educacional e não conseguindo avançar no campo educacional mais do que os países profundamente empobrecidos do continente.

Assim, uma das ações do governo frente a esse problema público, foi fortalecer a educação a distância, onde a regulamentação da modalidade e a instituição do sistema UAB entre outros feitos, foram importantes atos que buscam efeitos positivos para a educação superior brasileira.

Para Almeida (2003) embora as políticas públicas da EaD não se mostrem adequadas à diversidade de situações existentes, não há como ignorar as possibilidades que esta tem para a inclusão educacional de parcela considerável da população brasileira, sendo este motivo, um dos propulsores para a criação do sistema UAB.

Para a autora, há pressupostos básicos para uma educação a distância de qualidade (ALMEIDA, 2003, p. 171), sendo esses:

- a) Relação professor-aluno baseada na interação, respeitando o ritmo de estudo, o tempo e o espaço do aluno;
- b) Necessidade de uma instituição educacional responsável pelo curso;
- c) Uso integrado de distintos meios de comunicação para desenvolver conteúdos e manter constante interação com os alunos, considerando que forma e conteúdo, que conceito e estrutura encontram-se imbricados;
- d) Desenvolvimento do conteúdo a fim de favorecer a aprendizagem, partindo das necessidades, expectativas e experiências do aluno;
- e) A representação do pensamento do aluno e a comunicação de suas ideias, assim como a produção individual e colaborativa de conhecimento.

Assim, nota-se que com a evolução e desenvolvimento da EaD, cada vez mais esses pressupostos estão sendo atendidos, bem como através da UAB que atende a

maioria deles, mas ainda encontrasse em processo de crescimento, estruturação e fortalecimento.

Necessário ressaltar que no Brasil, país com dimensões continentais, é preciso adequar a EaD localmente de acordo com as condições de vida, recursos e infraestrutura disponíveis para conseguir interiorizar o ensino e de fato levar educação a uma maior parcela da população atendendo as demandas de formação.

Entende-se que a EaD, apesar das necessidades de fortalecimento e estruturação (que vem ocorrendo), pode ser vista como um meio e ferramenta adequada e eficiente para a concretização de políticas públicas, em especial as de educação, o que torna a modalidade um campo educacional-político-social de grandes oportunidades para a população e para o desenvolvimento do país.

Neste cenário um dos programas mais importantes implementados no Brasil, foi o sistema UAB, uma política pública de educação, que tem por objetivo promover e expandir a educação superior e continuada por meio da modalidade EaD fortalecendo o sistema educacional do país, descrita a seguir.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que é uma das mais significativas ações na área da EaD, por atuar em diversas frentes, onde, estabelece parcerias entre Ministério da Educação (MEC) e diversas Instituições de Ensino Superior (IES), integra diferentes esferas: municípios, estados e federação, e requer trabalho em conjunto devido as diferentes combinações de parcerias de trabalho e por vezes pensamentos, interesses e modos de ação contrários; e por contribuir em diferentes seguimentos, como: políticas públicas de educação, formação pela modalidade, evolução da legislação a partir da EaD na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), preocupação com a superação do preconceito, da cultura e da mentalidade em relação a metodologia e por fim iniciativas mais robustas e mais bem estruturadas para com a modalidade (MILL, 2012).

O Ministério da Educação define a UAB como um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. (BRASIL, 2013a).

Para Pacheco (2010, p.75) “o projeto faz parte do atual conjunto de políticas públicas para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de inclusão social”.

Para o ministério da educação, o sistema UAB pode ser entendido como “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de

expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2013a). Assim podemos compreender o projeto UAB como uma política pública de educação voltada para a expansão e interiorização da educação superior, onde segundo Brasil (2013b) a prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados.

4. METODOLOGIA

Tendo como objetivo verificar características dos polos de EaD como cumprimento/efetivação das políticas públicas de educação através do programa UAB, o presente artigo trata-se de uma pesquisa exploratória, com base qualitativa e quantitativa, com coleta de dados bibliográfica e documental.

Esta pesquisa teve natureza descritiva. Sua base quantitativa e qualitativa se dá respectivamente pela utilização de instrumentos estatísticos na análise dos dados e na aplicação de métodos múltiplos de coleta de dados; a natureza interpretativa da mesma; a necessidade de uma visão holística para compreensão dos fatos estudados e a predominância do raciocínio indutivo na análise de dados (ZANELLA, 2009). Classifica-se ainda como bibliográfica e documental.

O levantamento de dados ocorreu em dois momentos, onde a parte documental e bibliográfica que dá embasamento se deu em janeiro de 2013 e a parte dos dados para o estudo de caso no período de 01 de abril a 05 de abril de 2013.

No site sisuab, foram levantadas as seguintes informações sobre os polos: município, nome, email, site, IES parceiras, cursos, turmas, alunos e colaboradores, sendo esses: tutores presenciais e a distancia, técnico em informática, auxiliar de limpeza, secretário, bibliotecário, coordenador, secretário e outra função.

Foram levantadas informações acerca da população e IDH dos municípios com presença de polo nos sites do IBGE (2013) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), respectivamente. Verificou ainda a presença de universidades e faculdades nos municípios com polos.

5. ESTUDO DE CASO

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria

de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

Segundo definição da Capes (2013a), o sistema é integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância, e tem a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

O sistema fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Para o governo ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

De acordo com o site da UAB (<http://www.uab.capes.gov.br>) Capes (2013c) existem atualmente 27 polos no estado de Santa Catarina. Para este estudo foram levantadas as seguintes informações de cada polo: município, e-mail, telefone, Instituições de Educação Superior – IES parceiras, cursos, turmas, alunos matriculados, colaboradores, presença ou não de universidades e faculdades no município, habitantes e IDH; através do sisuab e da internet nos sites do IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Santa Catarina.

Desses 27 polos, 9 (33,33%) estão na situação de aptos (AA), 15 (55,55%) estão aptos porém com pendências (AP) e 3 (11,11%) estão em fase de regulamentação (FR). Não foram encontrados registros ou relatórios dos tipos de pendências existentes nos polos classificados como AP.

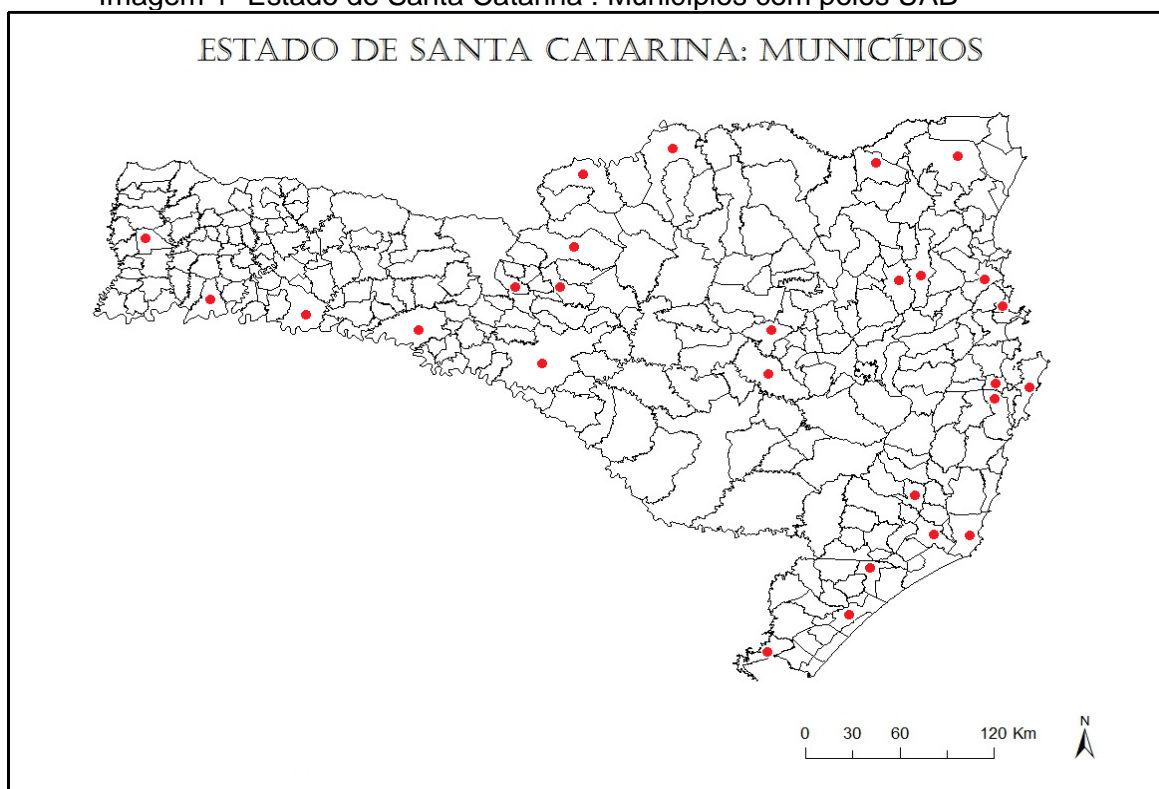
Há divergências de informações em relação ao número de IES parceiras de cada polo e no número de cursos ofertados entre os dados constantes no site <http://www.uab.capes.gov.br> e <http://sisuab.capes.gov.br>.

Há pouca informação disponível para a população sobre os polos e seu funcionamento, como exemplo não foi encontrado informações sobre a existência de bibliotecas nos polos, como também não estão disponíveis os relatórios de avaliação dos polos, entre outros.

Conforme visto, o governo pretende levar acesso a educação para locais isolados e distantes, mas de acordo com os polos de educação a distância presentes no estado de SC, apurasse que a maioria dos polos existentes, se encontra em locais bem desenvolvidos com alto índice populacional inclusive capital onde a média de habitantes é de 102 mil habitantes Dos 27 polos, 10 (37.03%) possuem população inferior a 40 mil habitantes.

Ainda de acordo com o objetivo de levar educação para locais isolados e distantes questiona-se a proximidade dos polos conforme mapa a seguir:

Imagem 1- Estado de Santa Catarina : Municípios com polos UAB



Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Pois o que se vê é que alguns polos ficam muito próximos uns dos outros, as vezes até em municípios vizinhos como é o caso de Florianópolis, Palhoça e São José, de Laguna, Tubarão e Braço do Norte e de Indaial e Blumenau; e a proximidade de alguns como Porto União, Caçador, Videira, Treze Tílias e Campos Novos.

Outro objetivo do governo com o sistema UAB é incentivar o desenvolvimento de municípios com baixos IDH. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, é

classificado segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) em baixo: de 0 e 0,499; médio, de 0,500 a 0,799; e elevado, quando maior ou igual a 0,800 até 1.

Verificou-se que o IDH do estado de SC é de 0.840 o segundo melhor do país e dos 27 municípios contemplados com polos do sistema UAB, apenas 6 (22,22%) possuem índice menor que 0,799 e a média do IDH dos municípios com polos é de 0,823. Dos 293 municípios do estado de SC, nenhum possui IDH baixo (menor que 0,500) sendo o IDH mais baixo do estado o de 0,676 do município de Timbó Grande ONU (2013).

Esses são dados que nos remetem a pensar e questionar o processo de implementação desses polos. Não que eles não tenham sido úteis e eficazes em centros urbanos com alto IDH, até por que conforme levantamento o número de cursos ofertados e alunos matriculados é alto e é bem provável que tenham trazido retorno e desenvolvimento local. Mas é necessário questionar as necessidades mais urgentes de atendimento e adequação aos objetivos do sistema proposto. O polo de maior IDH Florianópolis com IDH de 0,875 possuem o maior número de alunos matriculados 907. O segundo polo com maior número de alunos matriculados Blumenau com 399 alunos possui o terceiro melhor IDH dos municípios com polos.

Assim a correlação existente entre IDH, turmas, alunos e cursos existe, mas pode ser considerada média, uma vez que a correlação assume valores de 0 a 1 e está é mais forte quanto mais próximo de 1 e a correlação de IDH x Alunos é de 0,5922, IDH x Cursos é de 0,6591 e a correlação de IDH x Turmas é de 0,6766 sendo essa a correlação mais forte entre as três realizadas.

Dos 27 municípios de SC com a presença de polo do sistema UAB, apenas 3 não possuem faculdade ou universidade (SANTA CATARINA, 2013).

A Capes apresenta uma proposta de estrutura mínima de um polo de apoio presencial como forma de nortear as ações dos seus mantenedores, Estados e/ou Municípios, e oferecer uma base de estimativa para os investimentos que deverão ser feitos na adequação de um prédio público, para que o mesmo venha a abrigar um polo de apoio presencial da UAB. A estrutura proposta configura-se como um balizador geral conforme quadro a seguir:

Recursos humanos
Coordenador de Polo: responsável pela parte administrativa e pela gestão acadêmica
Tutor Presencial
Técnico de laboratório pedagógico, quando for o caso
Técnico em Informática

Bibliotecária
Auxiliar para Secretaria

Quadro 1 - Recursos Humanos mínimos em um polo UAB
Fonte: Capes (2013b)

Vemos que para um polo é sugerido um mínimo de 5 colaboradores, pois o técnico de laboratório pedagógico é só quando necessário. Tendo como base essa informação vemos que no levantamento de dados acerca dos polos de SC que diz respeito ao número de colaboradores atuantes em cada polo segundo consta no sisuab, 1 apenas apresenta número menor ao recomendado, sendo que o referido conta com 4 colaboradores. Em outro extremo temos que dos 27 polos de SC, 11 (40,74%) contam com mais de 50 colaboradores, chegando a um máximo de 184 colaboradores no polo de Itajaí. É de se questionar, pois o polo de Itajaí, oferece 10 cursos, possui 10 turmas e 235 alunos e outros polos que possuem mais alunos e turmas como Florianópolis que tem 907 alunos e 20 turmas, e Chapecó que tem 336 alunos e 14 turmas contam com 63 e 154 colaboradores respectivamente.

Os colaboradores atuantes nos polos de SC estão divididos entre: tutores presenciais e a distancia, técnicos em informática, auxiliares de limpeza, secretários, bibliotecários, coordenadores, e outra função.

Sabe-se que a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) realiza avaliações externas e in loco nos polos com o objetivo de zelar pela qualidade da oferta dos cursos, bem como da infraestrutura dos polos de apoio presencial.

A avaliação visa auxiliar, orientar e dar suporte aos polos em prol da estruturação e do fortalecimento da educação a distância.

A equipe de avaliadores in loco dos polos do Sistema UAB é composta por professores qualificados que têm a incumbência de levantar possíveis necessidades de melhorias, tanto na parte de infraestrutura quanto na parte pedagógica dos cursos oferecidos nos polos. As conclusões dos avaliadores são encaminhadas à Diretoria de Educação a Distância da CAPES, na forma de relatório, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Nas últimas avaliações o maior problema encontrado nos polos foi de adequação para maior acessibilidade.

Há de se questionar quanto a capacidade dos tutores e necessidade da quantidade desses para cada turma, avaliando também um possível excesso de colaboradores nos polos e a sobreposição de funções, o que pode acarretar problemas de interposição de diferentes informações e de modos e técnicas de contato com os alunos, o que pode gerar grandes confusões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma constante das políticas públicas devido sua importância e relevância, e não só como direito legal, mas também como base que sustenta e impulsiona o crescimento e desenvolvimento institucional.

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado para atender a demanda pública de expansão e acesso ao ensino superior, e é compreendida como um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para a população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância.

Assim o presente trabalho teve como objetivo analisar dados sobre os polos presenciais do sistema UAB no estado de Santa Catarina para identificar pontos relevantes dessa ação pública e sua coerência com os objetivos do sistema.

Alguns questionamentos podem ser feitos a partir dos dados obtidos.

Visto que dos 27 municípios de SC com a presença de polo do sistema UAB, apenas 3 não possuem faculdade ou universidade, é necessário averiguar a adequação do processo de escolha dos locais de instalação dos polos, para que o programa exerça mais fortemente seu papel de disseminação da educação superior e interiorização da mesma. Mas ao mesmo tempo que um dos objetivos do sistema UAB é disseminar e interiorizar é necessário levar em conta a falta de estrutura mínima exigida para a implantar um polo presencial, podendo-se citar como exemplo quando eu era tutora um aluno de Roraima não tinha tutor, por que ninguém na cidade atendia ao perfil para preencher a vaga. Assim como falta de estrutura tecnológica e humana, deve-se também considerar a distância desses polos dos centros universitários, já que haverá uma necessidade de deslocamento de professores até os polos, mesmo que esporádicos, para a realização de atividades, o que pode acabar desestimulando a participação dos mesmos. Pode-se perceber que neste contexto dois pontos são fundamentais para que o processo de fato funcione e o sistema UAB consiga atingir seus objetivos: o interesse do poder público local e a existência de recursos tecnológicos suficientes e de qualidade na região a ser ofertado um curso para tal modalidade e ensino (SANTOS, 2011).

Assim, no presente trabalho constatou-se que dos 27 polos do sistema UAB em SC, a maioria se encontra em locais bem desenvolvidos com alto índice

populacional inclusive capital e com altos índices de IDH. Como também se percebeu a proximidade de alguns polos em municípios vizinhos.

Houve dificuldades no processo de coleta de dados devido a divergências de informações, que podem ter sido ocasionadas por desatualização, e a pouca disponibilidade de informações sobre os polos para a população.

A grande potencialidade da UAB é sua interiorização e expansão do ensino, mas as políticas educacionais devem estar atentas para as condições sociais, econômicas e demandas específicas das localidades para que essas possam aceitar e usufruir da educação a distância.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. (2003). Educação a distância: diretrizes políticas, práticas e concepções. In: SEVERINO, Antônio Joaquim. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (orgs.) Políticas educacionais: o ensino nacional em questão. Campinas, SP: Papirus. 163-192.

AZEVEDO, J. M. L. (1997). A educação como política pública. Campinas: Autores Associados.

BITTENCOURT, E. de S. (2009). Políticas Públicas para a educação básica no Brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas. Rio de Janeiro, RJ, 132 f. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Programa de pós-graduação em políticas públicas e formação humana.

BRASIL. (2013a). Portal Universidade Aberta do Brasil. UAB. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br>.

BRASIL. (2013b). Educação. UAB. Ministério da Educação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=510&id=12265&option=com_content&view=article.

CAPES. (2013a). SisUAB. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/sisuab>.

CAPES. (2013b) UAB: Modelo de polo de apoio presencial. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=31.

CAPES. (2013c). UAB: Polos. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=11.

CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. (2012). Políticas públicas e gestão da educação no Brasil. Maringá, PR: Eduem.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). Censo Populacional 2010. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de munic%C3%ADpios de Santa Catarina por popula%C3%A7%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Santa_Catarina_por_popula%C3%A7%C3%A3o).

KLERING, L. R.; PORSSE, M. de C. S.; GUADAGNIN, L. A.. (2010). Novos caminhos da Administração Pública Brasileira. Revista Acadêmica da FACE. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, jan./jun. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8231/5903>.

MILL, D. (2012). A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. 2 ed. São Paulo: Pearson. 280-291.

ONU. (2013). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 2000. Disponível em: <http://www.frigoletto.com.br/geoEcon/idhsc.htm>.

PACHECO, A. S. V. (2010). Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento. 298 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RUA, M. G. (2009). Política Públicas. Especialização em Gestão Pública. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC: CAPES: UAB, 2009.

SANTA CATARINA. (2013). Santa Catarina Brasil – Oportunidades e Negócios: Ensino Superior. Disponível em: <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/ensino-superior/>.

SANTOS, F. C. (2011). Universidade Aberta Do Brasil: Limites e possibilidades para a democratização do ensino superior na Bahia. Salvador, BA. 93f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2011. Disponível em: [http://www.cdi.uneb.br/pdfs/dissertacao/2011/fabiano c santos dissertacao.pdf](http://www.cdi.uneb.br/pdfs/dissertacao/2011/fabiano_c_santos_dissertacao.pdf).

SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.

SOUZA, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2>.

ZANELLA, L. C. H. (2009). Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.